



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E GESTÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS - FACE
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - GPP

PEDRO HENRIQUE LIMA DE AQUINO

FORMAÇÃO DE AGENDA EM POLÍTICAS PÚBLICAS

**Uma análise do planejamento das ações para o enfrentamento da dengue no Distrito
Federal no período de 2009 a 2019**

BRASÍLIA –
DF
2023

PEDRO HENRIQUE LIMA DE AQUINO

FORMAÇÃO DE AGENDA EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Uma análise do planejamento das ações para o enfrentamento da dengue no Distrito Federal no período de 2009 a 2019

Projeto de Monografia a ser apresentado como trabalho final da disciplina de “Projeto de Trabalho de Curso”.

Professora Orientadora: Christiana Freitas

BRASÍLIA – DF

2023

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E GESTÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS FACE
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - GPP

PEDRO HENRIQUE LIMA DE AQUINO

FORMAÇÃO DE AGENDA EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Uma análise do planejamento das ações para o enfrentamento da dengue no Distrito Federal no período de 2009 a 2019

Monografia aprovada em _____ de _____ de ____ para obtenção do título de
Bacharel em Gestão de Políticas Públicas

Banca Examinadora:

Professora Orientadora: Christiana Freitas

Examinador (a)

Examinador (a)

Brasília/DF, 18 de dezembro de 2023

Dedico primeiramente a Deus pela dádiva da vida, aos meus familiares, professores e amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por guiar meus passos até aqui.

Aos meus pais por toda dedicação e incentivo, não permitindo que eu desistisse dos meus objetivos, sempre com muito carinho e compreensão.

À minha irmã Maria Eduarda, pelo afeto e cumplicidade.

A todos os meus familiares que, direta ou indiretamente contribuíram para o meu crescimento pessoal e aprendizado até aqui.

Aos amigos, cujo companheirismo e perseverança me servem de inspiração na jornada da vida.

Por fim, à Professora Orientadora Chistiana Freitas, pela oportunidade e ensinamentos.

“Desconfie do destino e acredite em você. Gaste mais horas realizando que sonhando, fazendo que planejando, vivendo que esperando porque, embora quem quase morre esteja vivo, quem quase vive já morreu”.

Sarah Westphal

RESUMO

Este trabalho realiza uma análise abrangente do planejamento e das ações implementadas no Distrito Federal para combater a dengue no período de 2009 a 2019. Examina-se a eficácia das estratégias adotadas, avaliando o impacto nas taxas de incidência da doença, a resposta da comunidade e as lições aprendidas ao longo dessa década. Abordaremos os desafios enfrentados, as inovações introduzidas e as possíveis lacunas no planejamento, visando contribuir para a compreensão do panorama da dengue na região e fornecer insights para futuras iniciativas de saúde pública.

PALAVRAS-CHAVE: Dengue. Planejamento. Distrito Federal

ABSTRACT

This work carries out a comprehensive analysis of planning and innovative actions in the Federal District to combat dengue in the period from 2009 to 2019. The effectiveness of the strategies adopted is examined, evaluating the impact on disease incidence rates, community response and the lessons learned throughout this decade. We will address the challenges faced, innovations introduced and potential gaps in planning, contribute to understanding the dengue landscape in the region and provide insights for future public health initiatives.

KEYWORDS: Dengue. Planning. Federal District

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. PROCESSO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	12
2.1 CONCEITO.....	12
2.2 COALIZÕES DE ADVOCACIA.....	15
3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	19
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO.....	19
3.2 TIPO E DESCRIÇÃO GERAL DA PESQUISA.....	20
3.3 CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	20
3.3.1 Pesquisa documental.....	20
3.3.2 Codificação dos dados.....	21
3.3.3 Coleta dos dados.....	22
3.4 ANÁLISE.....	22
4. PANORAMA DA DENGUE NO DISTRITO FEDERAL.....	23
4.1 EVOLUÇÃO DA DENGUE NO CONTEXTO NACIONAL.....	25
4.2 EVOLUÇÃO DA DENGUE NO DISTRITO FEDERAL.....	27
4.3 DESAFIOS NO PLANEJAMENTO DO ENFRENTAMENTO DA DENGUE NO DF.....	30
4.3.1 Recursos financeiros e orçamentários.....	32
4.3.2 Mobilização e prevenção.....	33
4.4 POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTRUMENTOS DE COMBATE À DENGUE NO DF.....	35
5. ANÁLISE DOS DADOS	39
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	43

1. INTRODUÇÃO

O campo de Políticas Públicas planeja processos de criação de soluções por parte do governo para os problemas apresentados, considerando as limitações na sua capacidade de resposta. A atenção limitada, como é definida, cria a necessidade de priorização de pautas a serem atendidas, ou uma agenda que possa guiar estes esforços.

Dentro dos estudos de agenda, é possível definir uma situação emergencial como um causador do surgimento ou realce de um determinado tema, para o qual serão usados recursos em quantidade correspondente à gravidade percebida. A pergunta norteadora da pesquisa indaga como a política de combate à dengue influenciou o planejamento de outras políticas públicas de prevenção e controle de epidemias no GDF entre os anos de 2009 e 2019?

O aumento dos casos de dengue no período foi um catalisador para o surgimento de novas políticas, trazendo como exemplo o planejamento e implementação do Plano DF 2018/2019.

Assim, através de uma análise macro do processo de construção de políticas, o diagnóstico da crise, a definição de estratégias e, principalmente a verificação dos resultados obtidos, demonstram como uma política pública gera outras a partir das experiências, vivências etc.

O objetivo do projeto busca analisar como a formação de agenda em Políticas Públicas por meio da correlação entre o comportamento do quadro epidemiológico e a quantidade de recursos alocados para o combate e prevenção de epidemias entre os anos de 2009 e 2019 no DF.

Com o intuito de nortear a execução do projeto, foram elaborados os seguintes objetivos específicos para desenvolvimento da proposta. Estes são: descrever a situação epidemiológica da dengue no Distrito Federal e seu comportamento no decorrer do período (2009 e 2019); apresentar a execução orçamentária no âmbito de prevenção e combate à dengue no período analisado; identificar, na formação da agenda, as novas políticas de prevenção e controle de epidemias ao final do período (2009-2019) a partir da política de combate à dengue. Por ex: em 2023, o Ministério da Saúde lançou campanha nacional para o combate das arboviroses. Com a mensagem “Brasil unido contra a dengue, Zika e chikungunya”, a mobilização alerta sobre os sinais e os sintomas das doenças, além de

formas de prevenção e controle do mosquito *Aedes Aegypti*. A campanha será veiculada na TV aberta e segmentada na rádio, internet, carros de som e em locais de grande circulação de pessoas em todas as regiões do país.

O estudo proposto possui uma relevância como forma de ilustrar e apontar a importância da área dentro do campo de políticas públicas, pois a área de formação de agenda, que visa estudar a atenção que um determinado tema recebe dentro da agenda política, possui diretas implicações sobre a forma como o problema será abordado e a quantidade de recursos a serem disponibilizados para sua solução.

A formação de agenda, por sua vez, tem influência direta na eficácia de uma política, pois é um passo crítico que molda o curso futuro das políticas públicas. A maneira como os problemas são identificados, definidos e priorizados influencia diretamente a forma como as políticas são formuladas, implementadas e avaliadas, impactando sua eficácia no alcance dos objetivos propostos. O estudo da capacidade que um evento adverso tem de influenciar a agenda governamental, pode servir como termômetro de adaptabilidade do processo de estabelecimento de prioridades.

É utilizado ainda na identificação de entraves que possam existir, informações existentes, os valores presentes entre outros valores compartilhados dentro do subsistema existente.

Nesse sentido, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, buscando compreender os temas alicerçados principalmente em estudos publicados em revistas, periódicos, publicações, teses de doutorados e dissertações e sites oficiais dos órgãos vinculados ao Governo do Distrito Federal e demais entes públicos relacionados ao tema, buscando traçar uma correlação entre os fatores de crise ocasionados pela epidemia da dengue no DF e a implementação das recentes políticas públicas de combate e prevenção.

2. PROCESSO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1 CONCEITO

De acordo com Peter deLeon (2006), a complexificação dos problemas mundiais durante a segunda metade do século XX deram início ao processo de criação e consolidação dos estudos sobre políticas públicas como resposta a tal fenômeno. Tais respostas surgem a partir de conflitos em arenas, devido à limitação de custos e benefícios a serem alocados e redistribuídos (HEINELT, Hubert, 2007, p.109).

Para dentro da área de estudo em questão, surgiram teorias para organizar, categorizar e direcionar os esforços acadêmicos e, dentre estas, o ciclo de políticas públicas, dividido, para melhor compreensão do estudo, em cinco etapas.

Apesar de ser possível que a ordem em que as etapas ocorram não seja a prescrita no modelo de Fernández (2008), nos seus cinco caminhos ou se todas estão presentes em todos os casos, o modelo é relevante para garantir uma melhor organização dos esforços e melhorar a capacidade de verificar o progresso da política.

A primeira etapa do processo de políticas públicas, segundo Fernández (2008) é a identificação do problema que exige a intervenção política, da definição da atuação, bem como da extensão dos efeitos sobre os grupos envolvidos com o problema. Com o problema identificado por algum ator político, mediante o interesse na resolução do problema, este passa a ser inserido na lista de prioridades de atuação, conhecida por agenda. Um problema político, passa a ser prioridade na agenda governamental, como no caso em estudo, quando se constitui numa situação de crise, Sebrae SP (2005).

O segundo passo da teoria é a formulação de políticas ou alternativas, que consiste no desenvolvimento das propostas de para abordar o problema identificado e na análise de opções, consideração de recursos disponíveis e tomada de decisões sobre o curso de ação a ser seguido. Cada um dos impactos assinalados tem seus custos e benefícios previstos, mensurados e comparados de acordo com os critérios acordados para garantir que as alternativas sejam tão robustas quanto necessárias para que a etapa de decisão seja facilitada.

De posse dos dados e alternativas, a próxima etapa consiste na tomada de decisões

pelo governo, considerando as diversas opções de escolha e, principalmente seu reflexo nos múltiplos atores envolvidos e afetados pela decisão.

Cumprida a difícil tarefa de decidir pela alternativa considerada mais viável, a etapa fundamental consiste na implementação da política ou programa a ser adotado, que deve alcançar os limites técnicos e políticos. Configura-se na execução prática e alocação de recursos, criação de estruturas organizacionais e realização das ações necessárias para alcançar os objetivos da política. Segundo Secci (2010), p. 45., “estudar a fase de implementação também significa visualizar erros anteriores à tomada de decisões, a fim de detectar problemas mal formulados, objetivos mal traçados, otimismo exagerados.”

A etapa final consiste na implementação que é onde ocorre acompanhamento, monitoramento e avaliação da política implantada, fundamentada em dados e informações confiáveis, obtidos através de análise objetiva dos efeitos das ações públicas. Os resultados obtidos têm grande importância na implementação de políticas futuras, prestação de contas dos atos governamentais, correção de falhas e principalmente a legitimação do detentor das decisões por meio dos resultados.

Contudo, apesar de facilitar a compreensão e comparação das etapas individuais do processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, o modelo clássico possui limitações que o impedem de considerar variáveis importantes para o estudo de políticas públicas, tais como a instersetorialidade e a inter-relação entre diferentes programas e atores que permeiam todas as etapas do processo, bem como as interações entre estas etapas, e a incapacidade de apontar relações causais para a criação de tais políticas, além do foco top-down, ocultando a participação de diversos atores (SABATIER, 2007). As faltas existentes no modelo cíclico, suscitou o surgimento do conceito de processo de políticas públicas (policy process) ao final do século XX.

A definição de processo de políticas públicas envolve uma grande complexidade de atores, variáveis e agendas a serem consideradas e, para tanto, é importante estabelecer uma matriz teórica com a qual analisar estes processos de maneira empírica.

De acordo com Sabatier (2007), dentro do modelo teórico do processo de políticas públicas, destacam-se alguns modelos principais de análise: o modelo clássico de abordagem em ciclo dividido em estágios, o modelo de escolhas racionais, que busca analisar a relação entre regulamentação institucional e o comportamento de indivíduos racionais com interesses próprios; o modelo dos múltiplos fluxos, onde o processo é

dividido entre diferentes fluxos independentes e busca analisar a mudanças geradas quando oportunidades que unem os esforços desses fluxos ocorre; o modelo de equilíbrio pontuado, onde longos períodos de mudanças incrementais são pontuados por curtos momentos de mudanças consideráveis, que busca verificar mudanças a longo prazo em políticas; o modelo de difusão de políticas, que investiga a variação na adoção de inovações políticas entre estados e, por fim, o modelo de coalizões de advocacia, focado na interação entre coalizões de advocacia, atores de variadas instituições com valores compartilhados dentro de um mesmo subsistema, investiga as mudanças políticas suscitadas pelos conflitos internos ao subsistema em conjunto com fatores externos.

A definição de processo de políticas públicas envolve uma visão da presença de diversos grupos de interesses de diferentes setores e níveis governamentais com participação nas etapas do processo, cada um com suas ideias, valores, preferências e interesses, de forma a contemplar a abrangência dessas diferentes visões e seus impactos e aprendizados na construção de alternativas; bem como a relevância da intersectorialidade entre essas diferentes alternativas na solução de um dado problema dentro de um mesmo subsistema e, por fim, as limitações contextuais (legislativas, socioeconômicas, técnicas, etc.) que impedem a viabilidade de algumas soluções.

O escopo do estudo abrange a construção e modificação de soluções para questões existentes, partindo da definição do problema como emergencial. A área responsável pelo estudo da competição entre diferentes problemas que passam a integrar a agenda de atores importantes na produção de políticas públicas é chamada de formulação da agenda (CAPELLA, 2018).

A decisão sobre o problema que receberá a atenção dos formuladores de políticas é uma disputa entre diversos atores que possuem pautas para as quais estão inclinados. Há diferentes fatores que são considerados importantes para ressaltar um problema (Rochefort; Cobb, 1994, p. 15-23), como é o caso de crises, que é definido como a narrativa apresentando a realidade como desastrosa e que faz necessária ação rápida e ressaltando o problema em questão (CAPELLA, 2018, p. 23).

Devido à sua definição abrangente, diversas ocorrências podem assumir o papel de crises em determinados contextos. O modelo teórico de coalizões de advocacia, que se encontra dentro do escopo dos processos de políticas públicas, tem como intuito a explicação das mudanças, estabelecendo hipóteses acerca das condições de sua ocorrência,

sendo internas ou externas. A segunda categoria, pode ser dividida em parâmetros relativamente estáveis, estruturas de oportunidade das coalizões e perturbações de maior vulto, que incorpora acontecimentos de força maior como desastres e epidemias. Por tal motivo, o modelo foi considerado para o estudo em questão.

2.2 COALIZÕES DE ADVOCACIA

O modelo de coalizões de advocacia, de acordo com Sabatier e Weible (2007) é uma abordagem na pesquisa dos processos de políticas públicas que entende que estas surgem a partir dos conflitos entre coalizões, agrupamentos de múltiplos atores das diferentes esferas de um mesmo subsistema de acordo com seus valores, crenças, interesses e agendas, para gerar transformações em suas crenças e transformações políticas. Estas mudanças podem ocorrer em virtude de aprendizados políticos e perturbações externas.

Em sua fundamentação, os autores definem um subsistema como uma área de influência política, ou seja, uma área de interesse político onde atores públicos e privados podem se especializar para influenciar o debate de acordo com suas crenças e gerar políticas. A importância dessa divisão se encontra no conhecimento compartilhado por aqueles que compõem o subsistema, que influenciam os valores políticos na produção de políticas públicas.

Os subsistemas são afetados por dois principais fatores externos: a disponibilidade de recursos e o quadro socioeconômico, político e de outros subsistemas. O primeiro é composto de recursos naturais, valores e estruturas sociais e constitucionais é considerado estável ao longo do tempo, em contrapartida, o segundo fator é estabelecido como bastante dinâmico e consiste de alterações nas condições socioeconômicas vigentes, alterações na balança de poder entre coalizões dentro de subsistema e decisões tomadas em outros subsistemas, dado que muitos possuem convergência entre si.

O modelo de coalizões de advocacia enfatiza as crenças existentes dentro de subsistema, pois os valores compartilhados são os fatores de origem das coalizões. Um mesmo problema pode ser percebido de distintas maneiras com base nessa visão e a abordagem apropriada para lidar com o mesmo também depende dos valores debatidos dentro de um subsistema. Em função dessas crenças, coalizões se articulam e coordenam

seus esforços e recursos para transformar essas crenças em políticas antes que coalizões opositoras o façam.

Coalizões de advocacia são formas de organização que reúnem diversos atores sociais em prol de interesses comuns, buscando influenciar a formulação e implementação de políticas públicas. Essas coalizões são caracterizadas pela união de organizações da sociedade civil, acadêmicos, ativistas e outros stakeholders que compartilham objetivos específicos, a fim de ampliar sua capacidade de impacto nas decisões políticas. No contexto da advocacia, essa abordagem colaborativa permite que grupos diversos se unam para alcançar mudanças significativas em questões sociais, políticas e econômicas.

A formação de coalizões de advocacia frequentemente ocorre em resposta a desafios complexos que demandam ação coordenada e sinergia entre diferentes partes interessadas. Ao unir forças, os membros dessas coalizões podem combinar recursos, conhecimentos e influências, fortalecendo assim suas posições e tornando-se mais eficazes na promoção de suas causas. Essas parcerias estratégicas muitas vezes transcendem fronteiras organizacionais, reunindo especialistas e ativistas de diversos setores para maximizar o impacto de suas iniciativas.

A diversidade dentro das coalizões é uma característica-chave, proporcionando uma gama ampla de perspectivas, experiências e habilidades. Essa diversidade enriquece o processo de advocacia, permitindo que as coalizões abordem questões de maneira abrangente e representativa. Além disso, coalizões bem-sucedidas desenvolvem estratégias de comunicação eficazes para conscientizar o público e mobilizar apoio, utilizando uma variedade de canais para disseminar informações e persuadir decisores políticos.

A capacidade de negociação é fundamental nas coalizões de advocacia, pois os membros frequentemente precisam buscar compromissos para avançar em suas metas. Isso exige habilidades de diálogo, construção de consenso e adaptação estratégica para superar desafios e resistências ao longo do caminho. Além disso, coalizões bem-sucedidas cultivam relações duradouras com stakeholders-chave, incluindo legisladores, autoridades governamentais e outros grupos de interesse.

A eficácia das coalizões de advocacia muitas vezes está relacionada à sua habilidade em mobilizar a opinião pública e criar um ambiente propício para mudanças políticas. Ao organizar campanhas de conscientização, eventos e outras atividades, essas coalizões conseguem influenciar a agenda pública e aumentar a visibilidade de suas causas.

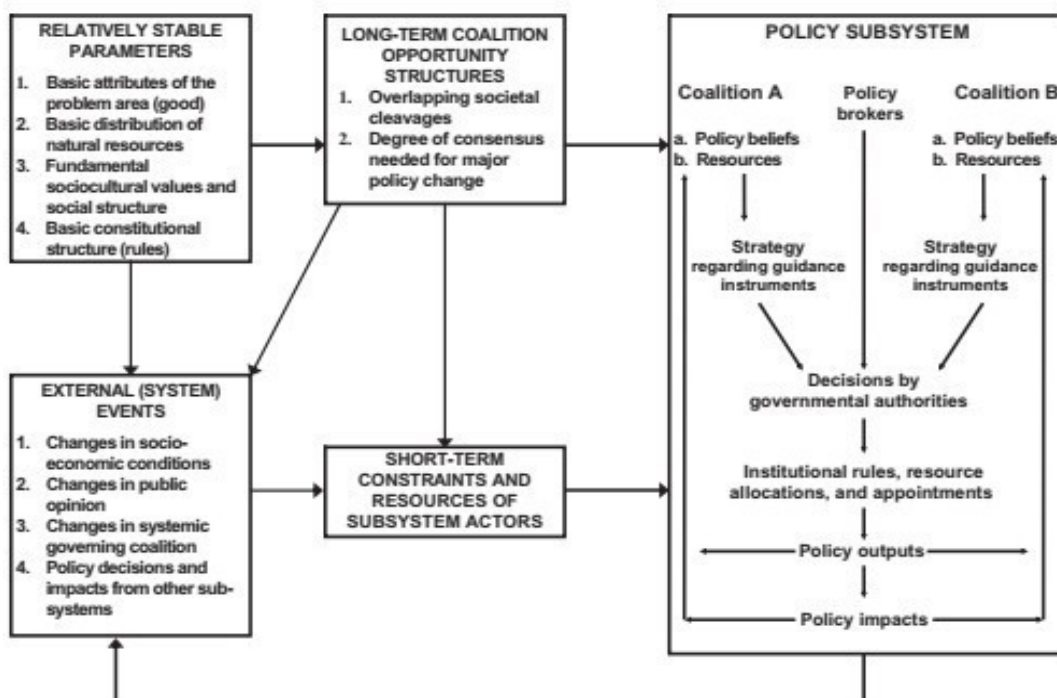
Esse aspecto é crucial para gerar apoio popular e pressionar decisores políticos a considerarem as demandas da coalizão em questão.

É importante destacar que o sucesso de uma coalizão de advocacia não é garantido e está sujeito a diversos fatores, como coesão interna, estratégias eficazes e capacidade de adaptação às mudanças políticas e sociais. A resiliência dessas coalizões é testada ao longo do tempo, exigindo flexibilidade e uma abordagem estratégica contínua para enfrentar desafios emergentes.

Em resumo, as coalizões de advocacia representam uma estratégia valiosa para promover mudanças significativas nas políticas públicas, unindo uma variedade de atores em torno de causas compartilhadas. Essas parcerias colaborativas desempenham um papel crucial na promoção da democracia participativa e na construção de sociedades mais inclusivas e equitativas.

A análise do processo de políticas públicas dentro do modelo de Coalizões de Advocacia visa explicar o comportamento de seus agentes através das suas crenças motivadoras. Para tanto, a relação entre estas variáveis internas e externas ao subsistema são consideradas: a existência deste subsistema é considerada dentro de um ambiente político maior, composto de parâmetros relativamente estáveis e eventos externos; é limitada por estruturas de oportunidade das coalizões, limitações e recursos dos atores do subsistema e eventos em outros subsistemas interligados (SABATIER;WEIBLE;MCQUEEN, 2009, p. 123-124). Estes conceitos podem ser ilustrados pela figura 1.

Figura 1- Diagrama do ACF



Fonte: Sabatier, Weible e McQueen (2009,p. 123)

O modelo busca explicar os momentos de mudança, estabelecendo hipóteses sobre as condições necessárias para que ocorram. Segundo **Sabatier e Jenkins-Smith (1999)**, a mudança pode ocorrer devido a fatores internos ao subsistema e externos a este. Os fatores externos são: parâmetros relativamente estáveis; estruturas de oportunidades das coalizões; e perturbações de maior vulto.

Os parâmetros estáveis são as características básicas do problema - distribuição dos recursos naturais, valores socioculturais e estrutura social e constitucional -, que mudam pouco em um período de 10 anos, recomendado pelos autores para a análise. As estruturas de oportunidades das coalizões são as características específicas do sistema político que fornecem maior ou menor oportunidade de atuação das coalizões e sofrem influências de acordo com os parâmetros de estabilidade do sistema. Já as perturbações de maior vulto consistem nas mudanças em condições socioeconômicas, mudança no regime político, impacto das decisões em outros subsistemas e acontecimentos de força maior, como é o caso da epidemia da dengue, por exemplo.

A identificação e categorização dos elementos presentes neste modelo, auxiliam a determinar mudanças ocorridas de uma determinada política a partir dos seus atores, conflitos, contexto, balança de forças e aprendizado ao longo do tempo, o que levou a sua a consideração para um assunto como o desenvolvimento de políticas de combate à dengue, que tem estado presente nas arenas de consideração no Brasil desde o século XX.

Ainda segundo Sabatier e Weible (2007), Os fatores internos que podem ocasionar a mudança, são: 1) choques internos; 2) acordos negociados; e 3) o aprendizado político construído pela interação dos atores no subsistema ao longo do tempo seriam responsáveis por mudanças no processo de formulação e implementação de políticas públicas.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é demonstrar como o vertiginoso aumento dos casos de dengue no Distrito Federal, ocasionaram diversas alterações de entendimento na condução das políticas ao longo de uma década, passando por processos de negociação entre os membros de várias coalizões e impactando na adoção de mudanças nas políticas públicas em busca do resultado pretendido.

3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

De acordo com o a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2010, p.119), a definição de epidemia é a incidência de novos casos em grande quantidade durante um curto período de tempo. Uma epidemia possui a abrangência e urgência de ação para impedir o alastramento e os danos causados pela severidade da doença, tal como foi o caso da disseminação da dengue.

Segundo o mesmo órgão, no ano de 2019 estimou-se que a taxa de infecções anuais é de 390 milhões de casos, afetando mais de 120 países. Dentro desta grande dimensão, destacam-se as regiões do Sudeste Asiático, Pacífico Ocidental e das Américas como mais gravemente afetadas.

De acordo com o Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN) e os dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde, o Distrito Federal, entre os anos de 2009 e 2019, foram registrados 76.583 casos prováveis de dengue, com um período de crescimento expressivo a partir de 2010 com 101 óbitos decorrentes de complicações da doença.

O quadro apresentado é considerado endêmico e suscitou uma resposta em nível federal e estadual. O intuito da pesquisa em questão é determinar o escopo da preocupação dos grupos de interesse decorrente desta ocorrência de maior vulto e se as medidas adotadas em decorrência, refletiram na alocação de recursos para enfrentamento da epidemia.

Trabalhos abordando a ação governamental frente a epidemia de dengue no Brasil são numerosos dada a relevância do assunto, contudo a visão mais prevalente é com foco na análise de políticas específicas de combate a dengue (educação, planejamento urbano) ou em aspectos socioeconômicos relacionados à disseminação do vírus. Pouco se encontra sobre a mensuração das mudanças ocorridas em resposta à situação epidemiológica.

Neste contexto, o trabalho propõe demonstrar como a identificação, definição e priorização do problemas influencia diretamente na forma como as políticas são

formuladas, implementadas e avaliadas, impactando sua eficácia no alcance dos objetivos propostos.

3.2 TIPO E DESCRIÇÃO GERAL DA PESQUISA

A pesquisa quantitativa será realizada com base em dados documentais sobre os indicadores epidemiológicos sobre o comportamento da dengue entre os anos de 2009 a 2019, o que contém as variantes com e sem a presença do agravante hemorrágico, além dos óbitos ligados à doença, número de casos, número de casos tratados. Também serão utilizados os dados da execução orçamentária realizada no período estipulado.

Ambas as fontes servirão de ferramentas para verificar uma correlação analítica entre eles que servirá de fundamento para uma análise qualitativa, onde os resultados serão analisados em um contexto mais amplo, dentro do quadro de ações realizadas nos programas de controle, tratamento e prevenção da dengue. O quadro em questão ilustra quais medidas foram tomadas, sua abrangência no âmbito do Distrito Federal e as mudanças percebidas no programa ao final do período de estudo. Assim, será possível chegar a conclusões que possam prover uma resposta à pergunta de pesquisa.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA

3.3.1 Pesquisa documental

A pesquisa foi realizada com base em uma análise documental. De acordo com Guba e Lincoln (1981) uma análise documental consiste no estudo de materiais capazes de transmitir uma mensagem e que não passaram por uma análise ou podem ser revisados para obter diferentes inferências e interpretações. Sua busca é examinar valores, sentimentos, crenças, visões de mundo e ideologias daqueles que produziram o documento, seu grupo ou seu contexto.

Os dados utilizados para a realização deste trabalho foram coletados nos documentos e registros administrativos presentes no sítio da Secretária de Saúde do Distrito Federal, organizado em boletins anuais. Os dados apresentados nesses boletins são

registros sistemáticos feitos pelo próprio SUS e concentrados em uma plataforma de livre acesso.

A maior parte dos dados consultados foram obtidos no Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan, que é uma plataforma do Ministério da Saúde, utilizada como ferramenta de monitoramento epidemiológico, alimentado, principalmente, pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória, de forma descentralizada, por meio de Ficha Individual de Notificação (FIN), pelas unidades de saúde municipais, estaduais e regionais.

Além da Ficha Individual de Notificação (FIN), e da Notificação Negativa, o Sinan disponibiliza a Ficha Individual de Investigação (FII), que é um roteiro de investigação, que possibilita a identificação da fonte de infecção, os mecanismos de transmissão da doença e a confirmação ou descarte da suspeita, possibilitando a transmissão de dados diretamente das unidades assistenciais aos serviços responsáveis pela informação e/ou vigilância epidemiológica das Secretarias Municipais, que devem repassar semanalmente os arquivos em meio magnético para as Secretarias Estaduais de Saúde (SES), assegurando a fidedignidade das informações.

Dessa forma, foram extraídos do Sistema para este trabalho, os dados de número de casos notificados, número de casos confirmados, número de casos com complicadores (Febre Hemorrágica e Dengue com Complicação) e número de óbitos compreendidos no período de 2009 a 2019.

Também disponíveis livremente, foram utilizados os dados relativos à execução orçamentária que podem ser acessados através do sítio do portal da transparência, onde o governo do Distrito Federal disponibiliza os dados sobre as metas e prioridades na alocação de recursos. No âmbito orçamentário-financeiro, este bloco compreende as subfunções 304 – vigilância sanitária, subfunção 305 – vigilância epidemiológica e gastos com medicamentos, que inclui gastos para a produção de vacinas, todos inclusos na função 10 – saúde.

Foram considerados ainda, os dados relativos à Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, que é descrito como um bloco de ações que abrangem notificação de casos, investigação de casos, diagnóstico laboratorial, vigilância

ambiental, vigilância e controle e vetores, controle de doenças e imunização. O período utilizado se estende de 2009 a 2019.

3.3.2 Codificação dos dados

Com base no referencial teórico apresentado e seus conceitos, foram elaborados códigos, associando os dados extraídos aos rótulos providos e os significados por trás destes.

3.3.3 Coleta dos dados

Para os dados coletados por meio de consulta aos Sistemas do SUS, assim como os dados coletados por meio de consulta ao sistema de transparência do GDF foi realizada uma análise estatística descritiva.

Para o conjunto de análise referente à situação epidemiológica da dengue, foi realizada uma codificação dos dados e criação de rótulos segundo o Guia de Vigilância Epidemiológica (2009 e seguintes) e o relatório de situação do Distrito Federal do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (2009 e seguintes), elaborados pelo Ministério da Saúde, que apresenta normas para a caracterização da incidência de uma doença como epidemia e como mensurar sua gravidade, além da estrutura da rede de atenção à saúde, ações de vigilância em saúde, fontes de investimento e planos de investimento.

O conjunto de dados referentes à execução orçamentária, tem uma codificação e criação de rótulos dos indicadores feita com base no Quadro de detalhamento de Despesas, onde estão elencados a quantidade de recursos alocados e a ação destino ao longo do tempo, permitindo observar a criação e encerramento de ações.

3.4 ANÁLISE

Os dados e informações qualitativos foram analisados com base na análise de conteúdo, que segundo Guba e Lincoln (1981) é definida como uma técnica para fazer inferências por meio do apontamento objetivo e sistemático das características especificadas na mensagem. Os autores, ao definir a análise de conteúdo, listam as suas

quatro principais características que a tornam um processo sólido: um sistema de regras bem estipulado, uma aplicação sistemática desse sistema, uma abordagem generalista que possa garantir que as inferências possam ser aplicadas em outros contextos e, por fim, o foco no conteúdo apresentado e seu contexto como base para todas as interpretações.

A análise qualitativa de conteúdo contido nos documentos e do conteúdo obtido a partir da análise estatística e realizada com base nos códigos representativos do referencial teórico definidos.

4. PANORAMA DA DENGUE NO DISTRITO FEDERAL

No período de 2009 a 2019, o Distrito Federal enfrentou um aumento significativo nos casos de dengue, tornando-se uma preocupação constante para a população e as autoridades de saúde. Ao longo desses anos, observou-se um crescimento exponencial dos casos da doença, com picos em determinados anos que evidenciaram a gravidade do problema. A dengue se mostrou uma enfermidade de grande impacto para a população, causando não apenas desconforto físico, mas também consequências sociais e econômicas (MOURA, 2019).

Para combater a dengue, o governo do Distrito Federal adotou diversas estratégias ao longo desse período. Campanhas de conscientização foram realizadas com o intuito de informar a população sobre os riscos da doença e as medidas preventivas que deveriam ser adotadas. Além disso, mutirões de limpeza foram promovidos em diferentes regiões administrativas, visando eliminar possíveis criadouros do mosquito transmissor. A distribuição de materiais informativos também foi uma medida adotada para disseminar conhecimento sobre a doença (COSTA, 2021).

Entretanto, o governo enfrentou diversos desafios na implementação dessas estratégias. Um dos principais obstáculos foi a falta de recursos financeiros destinados ao combate à dengue. A escassez de verbas limitou as ações que poderiam ser realizadas e comprometeu a efetividade das medidas adotadas. Além disso, houve resistência por parte da população em aderir às medidas preventivas recomendadas pelas autoridades de saúde. A falta de conscientização e engajamento da comunidade dificultou o controle dos focos do mosquito transmissor (ARTEAGA, 2022).

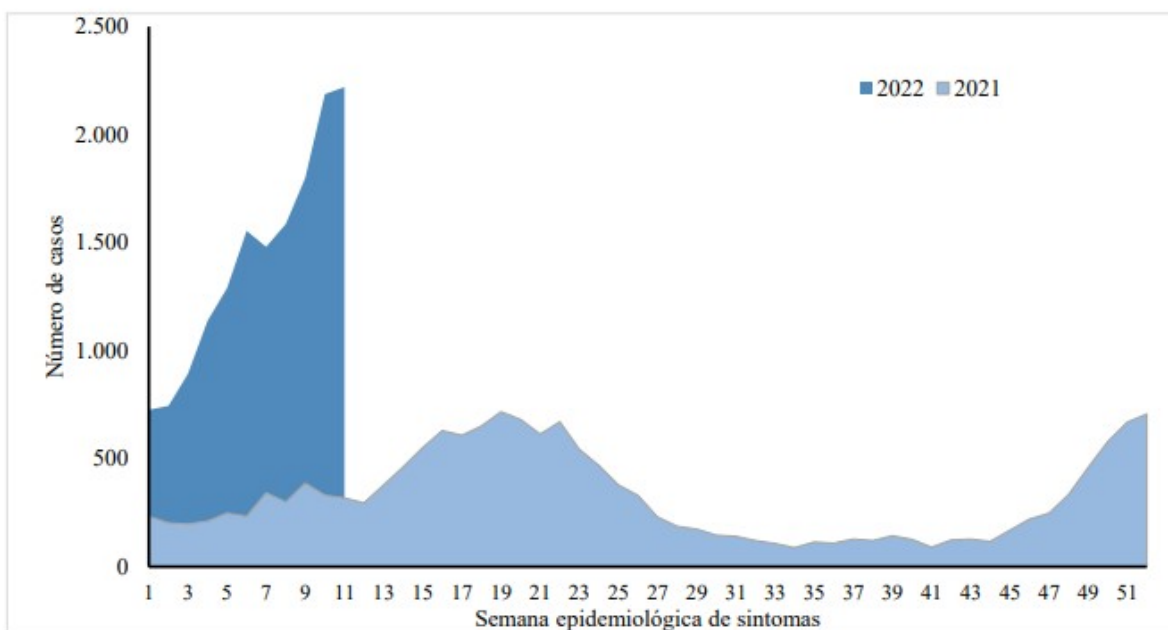
Apesar dos esforços empreendidos, os resultados alcançados com as ações de combate à dengue no Distrito Federal foram variáveis ao longo do período analisado. Embora tenha havido momentos de redução nos casos da doença, não foi possível observar uma diminuição significativa e sustentada ao longo dos anos. Isso levanta questionamentos sobre a eficácia das estratégias adotadas e a necessidade de revisão das abordagens utilizadas (GREGÓRIO, 2019).

Especialistas em saúde pública têm apontado críticas e sugestões em relação ao planejamento das ações de enfrentamento da dengue no Distrito Federal. Entre as principais críticas destacam-se a falta de integração entre os diferentes setores envolvidos, a ausência de um plano estratégico consistente e a falta de investimento em pesquisas e inovação

tecnológica para o controle do mosquito transmissor. Para melhorar o planejamento das ações, sugere-se uma maior articulação entre os órgãos responsáveis, o fortalecimento da capacidade técnica e científica e o estabelecimento de metas claras e mensuráveis (MARTINS, 2014-2020).

A participação ativa da sociedade civil é fundamental no combate à dengue. A eliminação dos criadouros do mosquito transmissor depende do engajamento da população, que deve adotar medidas preventivas em suas residências e locais de trabalho. Além disso, é necessário promover uma cultura de cuidado coletivo, estimulando a denúncia de possíveis focos do mosquito e incentivando práticas saudáveis que evitem a proliferação da doença (FERNANDEZ, PIETRAFESA, 2021).

Figura 2 – Semana epidemiológica de sintomas



Fonte: SINAN online

Diante dos desafios ainda existentes, as perspectivas futuras para o enfrentamento da dengue no Distrito Federal são complexas. É necessário aprender com as experiências passadas e buscar soluções inovadoras para o controle do mosquito transmissor. Além disso, é fundamental investir em educação em saúde, promovendo a conscientização da população sobre a importância das medidas preventivas. A integração entre os diferentes setores envolvidos e o fortalecimento das parcerias institucionais também são aspectos cruciais para o sucesso das ações de combate à dengue (SILVA, 2019).

4.1 EVOLUÇÃO DA DENGUE NO CONTEXTO NACIONAL

A evolução da dengue no contexto nacional tem sido uma preocupação constante para as autoridades de saúde pública. Ao longo dos anos, a doença tem apresentado um aumento significativo tanto em número de casos como em sua distribuição geográfica. De acordo com dados do Ministério da Saúde, entre os anos de 2009 e 2019, foram notificados mais de 7 milhões de casos de dengue no Brasil. Esses números evidenciam a magnitude do problema e a necessidade de medidas efetivas para o seu enfrentamento (SCHERER, SACCO, SANTANA, 2023).

No que diz respeito às estratégias adotadas pelo governo federal para o enfrentamento da dengue, é possível observar uma série de iniciativas implementadas ao longo dos anos. Dentre elas, destacam-se campanhas educativas, capacitação de profissionais de saúde, intensificação das ações de vigilância epidemiológica e controle vetorial, além do fortalecimento das parcerias com estados e municípios. No entanto, apesar dessas medidas, a eficácia das estratégias adotadas ainda é questionável, uma vez que os números de casos continuam aumentando (GOMES, 2022).

Figura 3 - Proporção dos casos prováveis de dengue por sexo e grupo etário

Sexo	n	%	Incidência
Em	16	0,1	0,5
Branco/Ignorado			
Masculino	7051	45,1	480,7
Feminino	8550	54,7	539,2
Grupo Etário	n	%	Incidência
Menor 1 ano	106	0,7	235,9
1 a 4 anos	418	2,7	259,6
5 a 9 anos	802	5,1	424,5
10 a 14 anos	965	6,2	466,2
15 a 19 anos	1119	7,2	467,6
20 a 29 anos	2675	17,1	527,7
30 a 39 anos	2664	17,1	487,3
40 a 49 anos	2740	17,5	578,3
50 a 59 anos	2046	13,1	605,7
60 a 69 anos	1240	7,9	607,6
70 a 79 anos	600	3,8	601,3
80 anos e mais	236	1,5	557,2
Total	15618	100,0	511,6

Fonte: SINAN Online

No Distrito Federal, as ações de prevenção e controle da dengue têm sido implementadas desde 2009. Dentre as principais medidas tomadas pelas autoridades locais estão a realização periódica de mutirões de limpeza, o monitoramento dos índices larvários nos diferentes bairros da cidade, a distribuição gratuita de larvicidas e inseticidas para combate aos mosquitos transmissores e a intensificação das atividades educativas junto à população. Essas medidas visam reduzir os criadouros do mosquito *Aedes aegypti* e conscientizar a população sobre a importância da prevenção (SILVA, 2020).

Em 2002, O Governo Federal, por intermédio do Ministério da Saúde (MS), instituiu o Programa Nacional de Controle da Dengue (PNCD), tendo como meta, a redução da infestação pelo *Aedes aegypti* em todos os municípios, a redução da incidência da dengue e a redução da letalidade causada pela doença.

Estudos mostram a importância da implantação do PNCD como política pública permanente de prevenção e controle da dengue. No estudo de Ferreira (2009), o número de casos notificados de dengue apresentava aumento entre os anos de 1998 e 2002, e com a sua implantação, observou-se queda imediata entre 2003 e 2004. As avaliações do PNCD demonstram que investir em planos de enfrentamento de forma permanente é necessário para o efetivo controle dessas doenças(22).

No entanto, o planejamento das ações de combate à dengue no Distrito Federal tem enfrentado diversos desafios ao longo dos anos. Um dos principais obstáculos é a falta de recursos financeiros para investir em infraestrutura adequada e contratação de profissionais capacitados. Além disso, o engajamento da população também se mostra um desafio, uma vez que muitos ainda não compreendem a gravidade da doença e resistem às medidas preventivas (ALMEIDA, PEREIRA, TOLEDO, 2021).

Neste aspecto, a descentralização do plano aníveis estaduais, municipais e distrital, apresentou-se como uma medida imprescindível para o alcance das metas, considerando-se as características sociais, políticas e ambientais de cada ente.

Enquanto as diretrizes de gestão e operacionalização do programa nacional consistam em macro-gestão dentre as atribuições do governo federal, a implantação dos planos regionais buscou um alcance mais preciso, em razão da proximidade com a realidade local, otimizando a aplicação dos recursos financeiros, materiais e humanos disponíveis em cada região.

Para fortalecer o planejamento das ações de enfrentamento da dengue, o governo do

Distrito Federal estabeleceu parcerias com diversas instituições, como universidades e organizações não governamentais. Essas parcerias têm como objetivo compartilhar conhecimentos científicos e técnicos, além de promover a troca de experiências e boas práticas. A colaboração entre diferentes atores tem se mostrado fundamental para o desenvolvimento de estratégias mais efetivas no combate à dengue (FREIRE, 2021).

Os resultados alcançados com as ações de combate à dengue no Distrito Federal ao longo do período estudado são variáveis. Embora tenha havido momentos de redução significativa nos casos da doença, em outros períodos os números voltaram a aumentar. Dentre os fatores que contribuíram para esses resultados estão as condições climáticas favoráveis à proliferação do mosquito vetor, a falta de recursos financeiros para investir em medidas preventivas e o baixo engajamento da população (GAMA, 2021).

Outros fatores a serem considerados, são as variações ocorridas na consistência da aplicação dos planos regionais ao longo de uma década, em decorrência das mudanças políticas a partir dos seus atores, conflitos, contexto, balança de forças e aprendizado ao longo do tempo, o que levou à inconstância na obtenção de resultados e metas, alternando em períodos de redução nos casos de dengue e períodos de surtos em algumas localidades do país.

Diante das lições aprendidas com o planejamento das ações de enfrentamento da dengue no Distrito Federal, é possível apontar algumas melhorias para futuras estratégias de prevenção e controle da doença. Dentre elas, destaca-se a necessidade de investimentos contínuos em infraestrutura e recursos humanos, a intensificação das atividades educativas junto à população, o fortalecimento das parcerias com instituições de ensino e pesquisa, além do desenvolvimento de tecnologias inovadoras para o combate ao mosquito vetor. Somente por meio de uma abordagem integrada e multidisciplinar será possível enfrentar efetivamente a dengue no Distrito Federal (BARBERINO, 2022).

4.2 EVOLUÇÃO DA DENGUE NO DISTRITO FEDERAL

A evolução da incidência de casos de dengue no Distrito Federal ao longo do período de 2009 a 2019 revela um cenário complexo e dinâmico. Durante esse intervalo, foram registrados altos e baixos na ocorrência da doença, refletindo a interação entre fatores epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos. Destaca-se que os anos de 2010 e 2013

apresentaram os maiores números de casos notificados, com um pico de incidência que demandou uma resposta rápida das autoridades de saúde. Por outro lado, o ano de 2016 registrou a menor incidência no período analisado, indicando uma possível eficácia das estratégias adotadas (SEGURO, 2020).

As principais estratégias adotadas pelo governo do Distrito Federal para o enfrentamento da dengue nesse período envolveram campanhas de conscientização da população, mutirões de limpeza em áreas consideradas críticas e a distribuição massiva de materiais informativos sobre medidas preventivas. Essas ações buscaram sensibilizar os cidadãos sobre a importância do combate aos criadouros do mosquito transmissor e promover mudanças comportamentais que contribuíssem para a redução dos casos (COSTA, 2020).

No entanto, o governo do Distrito Federal enfrentou diversos desafios na implementação dessas ações. A falta de recursos financeiros foi um obstáculo recorrente, limitando a capacidade de investimento em infraestrutura e na contratação de profissionais especializados. Além disso, houve resistência por parte da população em aderir às medidas preventivas propostas, seja por desconhecimento, falta de compreensão sobre a gravidade da doença ou por questões culturais. A dificuldade em controlar os focos do mosquito transmissor também se mostrou um desafio constante, uma vez que o *Aedes aegypti* é adaptável e capaz de se reproduzir em diferentes ambientes (SILVA, MACHADO, 2019).

Os resultados alcançados pelas ações de enfrentamento da dengue no Distrito Federal foram variáveis ao longo do período analisado. Embora tenha havido uma redução significativa no número de casos em alguns anos, como em 2016, não foi possível afirmar com certeza se as estratégias adotadas foram eficazes na prevenção da doença. Isso ocorre devido à complexidade da dinâmica epidemiológica da dengue, que envolve múltiplos fatores e interações entre eles (CASTRO, 2023).

Especialistas em saúde pública têm apontado críticas e sugestões em relação ao planejamento das ações de combate à dengue no Distrito Federal. Entre as principais críticas estão a falta de integração entre os diferentes setores envolvidos, a ausência de um plano estratégico de longo prazo e a necessidade de maior investimento em pesquisa e inovação tecnológica para o controle do vetor. Sugere-se que melhorias poderiam ser implementadas por meio do fortalecimento das parcerias entre instituições governamentais e não governamentais, além do estabelecimento de metas claras e mensuráveis para avaliar o impacto das intervenções (ARAÚJO, FROTA, 2021).

Tabela 2 - Número de casos prováveis de dengue por região de saúde e administrativa.

Região de Saúde	Casos de Dengue		Variação%
	2021	2022	
CENTRAL	234	752	221,4
Cruzeiro	11	62	463,6
Lago Norte	52	160	207,7
Lago Sul	16	149	831,3
Plano Piloto	118	325	175,4
Sudoeste Octogonal	19	43	126,3
Varjão	18	13	-27,8
CENTRO-SUL	244	918	276,2
Candangolândia	17	45	164,7
Estrutural	21	124	490,5
Guará	121	415	243,0
Núcleo Bandeirante	18	59	227,8

Park Way	5	38	660,0
Riacho Fundo I	28	99	253,6
Riacho Fundo II	31	137	341,9
SIA	3	1	-66,7
LESTE	371	1939	422,6
Jardim Botânico	22	138	527,3
Itapoã	82	122	48,8
Paranoá	137	272	98,5
São Sebastião	130	1407	982,3
NORTE	1207	2240	85,6
Fercal	18	34	88,9
Planaltina	647	912	41,0
Sobradinho	272	484	77,9
Sobradinho II	270	810	200,0
OESTE	343	3223	839,7
Brazlândia	27	131	385,2
Ceilândia	316	3092	878,5
SUDOESTE	478	3588	650,6
Águas Claras	77	330	328,6
Recanto Das Emas	99	310	213,1
Samambaia	156	1223	684,0
Taguatinga	82	994	1112,2
Vicente Pires	64	731	1042,2
SUL	102	270	164,7
Gama	48	173	260,4
Santa Maria	54	97	79,6
Em Branco	19	2682	14015,8
Total	2.998	15.618	420,9

Fonte: SINAN online

A participação ativa da comunidade é fundamental no enfrentamento da dengue. É necessário engajar os moradores na eliminação dos criadouros do mosquito transmissor, por meio de ações como a limpeza de terrenos baldios e a correta armazenagem de água. Além disso, é essencial que a população adote medidas preventivas, como o uso de repelentes e o cuidado com recipientes que possam acumular água parada. A conscientização da comunidade sobre a importância dessas práticas deve ser constante e abrangente (PALMEIRA, 2021).

Considerando o contexto atual e as tendências observadas nos últimos anos, as perspectivas futuras para o enfrentamento da dengue no Distrito Federal são desafiadoras. O aumento da resistência do mosquito aos inseticidas e as mudanças climáticas representam obstáculos adicionais na luta contra a doença. Nesse sentido, é fundamental investir em pesquisas que busquem alternativas eficazes para o controle do vetor, bem como em estratégias de adaptação às mudanças climáticas. Além disso, é necessário fortalecer as

políticas públicas de saúde, garantindo recursos financeiros adequados e promovendo uma abordagem integrada entre os diferentes setores envolvidos no combate à dengue (MARTINS, 2014-2020).

4.3 DESAFIOS NO PLANEJAMENTO DO ENFRENTAMENTO DA DENGUE NO DF

O planejamento das ações para o enfrentamento da dengue no Distrito Federal é de extrema importância para o controle e prevenção dessa doença. A dengue é uma enfermidade transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*, que tem se mostrado um problema de saúde pública em diversas regiões do Brasil, incluindo o DF. O planejamento adequado permite a definição de estratégias eficazes para combater a proliferação do vetor e reduzir os casos de dengue na população (SEGURO, 2020).

No entanto, o planejamento das ações de combate à dengue no DF enfrenta diversos desafios. Um dos principais desafios é a falta de integração entre os diferentes órgãos e setores envolvidos no enfrentamento da doença. É fundamental que haja uma coordenação efetiva entre as secretarias de saúde, meio ambiente, educação e demais áreas relacionadas, para que as ações sejam implementadas de forma articulada e eficiente (FREIRE, 2021).

Outro desafio diz respeito à disponibilidade de recursos financeiros e humanos para o enfrentamento da dengue. Muitas vezes, os recursos são insuficientes para cobrir todas as necessidades, como contratação de profissionais especializados, compra de equipamentos e materiais necessários, além da realização de campanhas educativas. Além disso, a falta de capacitação adequada dos profissionais envolvidos também pode comprometer a eficácia das ações (GOMES, 2022).

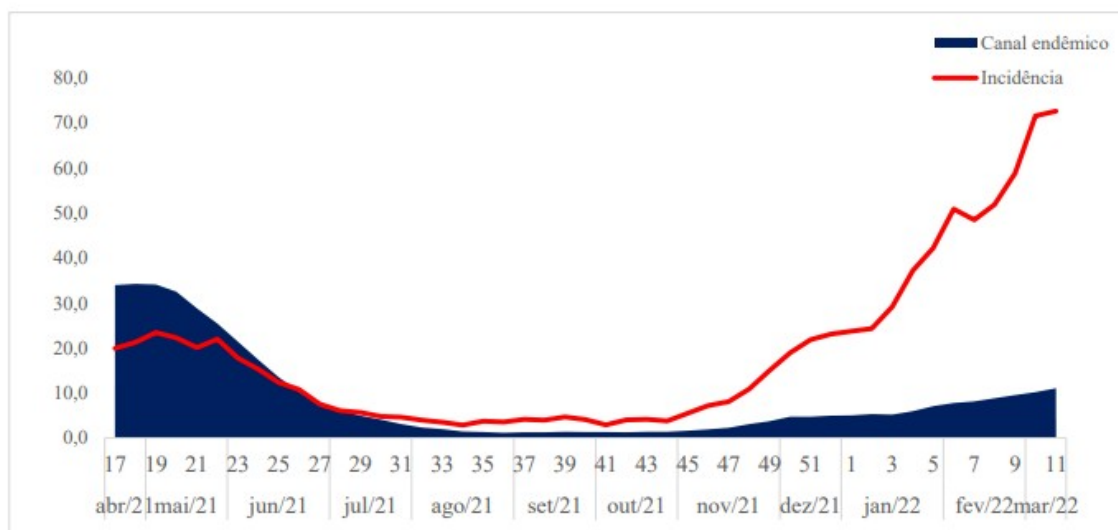
Durante o período analisado (2009-2019), o governo do Distrito Federal adotou diversas estratégias para o enfrentamento da dengue. Entre as principais estratégias estão a intensificação das ações de controle do vetor, como a realização de mutirões de limpeza e eliminação de criadouros, o fortalecimento da vigilância epidemiológica, com o monitoramento dos casos e investigação de surtos, e a promoção de campanhas educativas para conscientização da população (FERNANDEZ, PIETRAFESA, 2021).

Os resultados alcançados com as ações de combate à dengue no Distrito Federal durante o período analisado foram variáveis. Houve anos em que se verificou uma redução

significativa no número de casos notificados, enquanto em outros anos ocorreu um aumento expressivo. Isso demonstra que as estratégias adotadas nem sempre foram eficazes em controlar a doença de forma sustentável (ALMEIDA, PEREIRA, TOLEDO, 2021).

No entanto, também foram identificadas limitações e falhas no planejamento das ações de enfrentamento da dengue no DF. Uma das principais limitações é a falta de continuidade das políticas públicas ao longo do tempo. Muitas vezes, as ações são intensificadas apenas durante os períodos de maior incidência da doença, sendo negligenciadas nos demais momentos. Além disso, a falta de articulação entre os diferentes setores envolvidos também compromete a efetividade das medidas adotadas (SCHERER, SACCO, SANTANA, 2023).

Figura 4 - Diagrama de controle de dengue do DF e curva de incidência por semana epidemiológica de início de sintomas



Fonte: SINAN ONLINE (<https://portalsinan.saude.gov.br/>)

Para reduzir a incidência da dengue no Distrito Federal, foram implementadas diversas medidas preventivas ao longo dos últimos anos. Entre essas medidas estão o incentivo à eliminação dos criadouros do mosquito *Aedes aegypti* por parte da população, através da divulgação de informações sobre os locais propícios para sua reprodução e orientações sobre como evitar sua proliferação. Além disso, foram realizadas ações de controle do vetor, como a aplicação de larvicidas e inseticidas em áreas de maior risco (COSTA, 2021).

É fundamental que haja uma maior integração entre os diferentes órgãos e setores envolvidos, com a criação de um comitê gestor que coordene as ações e promova a troca de informações e experiências. Além disso, é necessário investir na capacitação dos profissionais envolvidos, garantindo que eles tenham conhecimento técnico atualizado para lidar com os

desafios da dengue. Por fim, é importante que as políticas públicas sejam contínuas e sustentáveis ao longo do tempo, não se restringindo apenas aos momentos de maior incidência da doença (GAMA, 2021).

4.3.1 Recursos financeiros e orçamentários

Os recursos financeiros e orçamentários desempenham um papel fundamental no planejamento das ações de enfrentamento da dengue no Distrito Federal. A disponibilidade de recursos adequados é essencial para garantir a implementação efetiva das estratégias de prevenção, controle e tratamento da doença. Além disso, o planejamento adequado dos recursos financeiros permite uma alocação eficiente dos recursos disponíveis, maximizando os resultados alcançados (SILVA, MACHADO, 2019).

Durante o período de 2009 a 2019, diversas fontes de recursos foram utilizadas para combater a dengue no Distrito Federal. Entre as principais fontes estão os repasses do governo federal, por meio do Ministério da Saúde, destinados especificamente para o enfrentamento da doença. Além disso, recursos próprios do governo local também foram utilizados, bem como parcerias com organizações não governamentais e empresas privadas que contribuíram com doações e patrocínios (ARTEAGA, 2022).

No entanto, a obtenção e gestão dos recursos financeiros destinados ao enfrentamento da dengue enfrentaram diversos desafios ao longo do período analisado. Um dos principais desafios foi a burocracia envolvida na liberação dos recursos por parte das instâncias governamentais responsáveis. A demora na aprovação e liberação dos recursos muitas vezes comprometeu a execução das ações planejadas, resultando em atrasos e impactos negativos na eficácia das medidas adotadas (PALMEIRA, 2021).

A relação entre o planejamento das ações de combate à dengue e o orçamento disponível para essas atividades é estreita. O planejamento adequado leva em consideração a disponibilidade de recursos financeiros e orçamentários, buscando otimizar sua utilização. Por outro lado, o orçamento disponível também influencia o planejamento, uma vez que limitações financeiras podem exigir a priorização de determinadas ações em detrimento de outras (SILVA, 2019).

Para otimizar o uso dos recursos financeiros destinados ao enfrentamento da dengue,

foram adotadas diversas estratégias ao longo do período analisado. Entre elas, destaca-se a busca por parcerias com organizações não governamentais e empresas privadas, visando obter recursos adicionais por meio de doações e patrocínios. Além disso, foram implementadas medidas para aumentar a eficiência na gestão dos recursos, como a realização de licitações transparentes e a fiscalização rigorosa dos gastos (GREGÓRIO, 2019).

O investimento insuficiente em recursos financeiros e orçamentários teve impactos significativos nas ações de combate à dengue no Distrito Federal. A falta de recursos adequados comprometeu a capacidade de resposta do sistema de saúde frente ao aumento dos casos da doença. Além disso, a falta de investimentos suficientes em prevenção e controle resultou em um ciclo vicioso, no qual os surtos da doença se tornaram recorrentes e mais difíceis de serem controlados (COSTA, 2020).

Para o futuro, é necessário um planejamento mais efetivo e uma alocação adequada de recursos financeiros e orçamentários para o enfrentamento da dengue no Distrito Federal. É fundamental que haja um comprometimento das instâncias governamentais em garantir a disponibilidade dos recursos necessários para as ações preventivas e curativas da doença. Além disso, é importante buscar parcerias e fontes alternativas de financiamento para complementar o orçamento disponível, garantindo assim uma resposta eficaz ao problema da dengue (BARBERINO, 2022).

4.3.2 Mobilização e prevenção

A mobilização da sociedade é de extrema importância no enfrentamento da dengue, uma vez que a conscientização e a participação ativa da população são fundamentais para o sucesso das ações de prevenção. A disseminação de informações sobre os riscos da doença e as medidas preventivas, por meio de campanhas educativas e programas de educação em saúde, contribui para que os indivíduos compreendam a gravidade do problema e adotem comportamentos adequados para evitar a proliferação do mosquito transmissor. Além disso, a participação ativa da população na eliminação dos criadouros do *Aedes aegypti*, como recipientes com água parada, é essencial para reduzir o número de casos de dengue (MOURA, 2019).

No Distrito Federal, diversas estratégias de prevenção foram adotadas para combater a dengue ao longo do período analisado. Entre elas, destaca-se a eliminação de criadouros do

mosquito *Aedes aegypti*, por meio da limpeza e vedação adequada de caixas d'água, pneus velhos e outros objetos que possam acumular água parada. Além disso, foram realizadas aplicações periódicas de inseticidas em áreas consideradas críticas para o controle do vetor. Essas medidas visam interromper o ciclo de reprodução do mosquito e reduzir sua presença nas áreas urbanas (CASTRO, 2023).

Apesar dos esforços realizados, o enfrentamento da dengue no Distrito Federal enfrentou diversos desafios ao longo do período analisado. Um dos principais obstáculos foi a falta de recursos financeiros destinados às ações de mobilização e prevenção. A escassez de verbas comprometeu a realização de campanhas educativas e a implementação de estratégias efetivas de controle do vetor.

Além disso, a resistência da população em seguir as medidas preventivas também foi um desafio enfrentado, uma vez que muitos indivíduos não compreendem a importância de eliminar os criadouros do mosquito e adotar comportamentos adequados para evitar sua proliferação (SILVA, 2020).

Durante o período analisado, foram realizadas diversas campanhas educativas com o objetivo de conscientizar a população sobre os riscos da dengue e as formas de prevenção. Essas campanhas utilizaram diferentes estratégias de comunicação, como palestras, distribuição de materiais informativos e veiculação de propagandas em meios de comunicação. O foco das campanhas era alertar sobre os sintomas da doença, os cuidados necessários para evitar sua transmissão e a importância da participação ativa da população na eliminação dos criadouros do mosquito transmissor (ARAÚJO, FROTA, 2021).

As ações de mobilização e prevenção da dengue no Distrito Federal trouxeram resultados significativos ao longo do período analisado. Houve uma redução expressiva no número de casos da doença, indicando que as estratégias adotadas foram efetivas na interrupção do ciclo de transmissão do vírus. Além disso, observou-se um aumento na participação da comunidade nas atividades preventivas, evidenciando o engajamento da população no enfrentamento da dengue (COSTA, 2020).

Para fortalecer o planejamento das ações de enfrentamento à dengue, foram estabelecidas parcerias entre órgãos governamentais, instituições de saúde e organizações não governamentais. Essas parcerias visam integrar esforços e recursos para ampliar a efetividade das medidas preventivas. Além disso, a colaboração entre diferentes atores permite a troca de conhecimentos e experiências, contribuindo para o aprimoramento das estratégias adotadas

(MARTINS, 2014-2020).

Considerando as perspectivas futuras para o planejamento das ações de enfrentamento à dengue no Distrito Federal, é necessário levar em conta os avanços tecnológicos e as mudanças climáticas que podem impactar na proliferação do mosquito transmissor. O uso de novas tecnologias, como aplicativos móveis e sistemas de monitoramento remoto, pode facilitar o controle do vetor e agilizar a identificação de áreas com maior incidência da doença. Além disso, é fundamental considerar as alterações no clima que podem favorecer a reprodução do *Aedes aegypti*, adaptando as estratégias de prevenção às novas condições ambientais (SILVA, 2019).

Figura 5 - INSPEÇÕES

IMÓVEIS INSPECIONADOS	DEPÓSITOS TRATADOS (Descartados ou com aplicação de inseticida)	IMÓVEIS ATINGIDOS PELA APLICAÇÃO DE UBV COSTAL OU PESADO
670.465	206.200	1.200.000

Fonte: DataStudio

4.4. POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTRUMENTOS DE COMBATE À DENGUE NO DF

As políticas públicas desempenham um papel fundamental no combate à dengue no Distrito Federal, uma vez que são responsáveis por estabelecer diretrizes e estratégias para enfrentar esse problema de saúde pública. É essencial que haja um planejamento eficiente, que considere as particularidades da região e as necessidades da população, a fim de garantir a eficácia das ações implementadas. Um planejamento adequado permite o direcionamento dos recursos disponíveis de forma estratégica, priorizando áreas de maior risco e promovendo ações preventivas e de controle da doença (SILVA, MACHADO, 2019).

Dentre os principais instrumentos utilizados pelo governo do DF para combater a dengue estão as campanhas de conscientização, que visam informar a população sobre os riscos da doença, os métodos de prevenção e os sintomas característicos. Além disso, são realizados mutirões de limpeza em áreas consideradas críticas, com o objetivo de eliminar possíveis criadouros do mosquito *Aedes aegypti*. Também são distribuídos materiais informativos, como panfletos e cartilhas, que orientam sobre medidas preventivas e formas

corretas de descarte de resíduos (FREIRE, 2021).

Ao longo do período de 2009 a 2019, observou-se uma evolução nas políticas públicas e nos instrumentos utilizados no combate à dengue no DF. Houve uma maior integração entre diferentes órgãos governamentais e setores da sociedade civil envolvidos nessa questão, o que possibilitou uma abordagem mais abrangente e efetiva. Além disso, foram implementadas melhorias nos métodos de monitoramento e controle do vetor, bem como na capacitação dos profissionais de saúde e agentes de combate a endemias (FERNANDEZ, PIETRAFESA, 2021).

No entanto, o governo do DF enfrenta diversos desafios na implementação das políticas públicas de combate à dengue. Um dos principais obstáculos é a falta de recursos financeiros, que limita a capacidade de investimento em ações preventivas e no fortalecimento da infraestrutura de saúde. Além disso, há uma resistência por parte da população em aderir às medidas preventivas, o que dificulta o controle da doença. É necessário, portanto, buscar alternativas para superar esses desafios, como parcerias com instituições privadas e a promoção de campanhas educativas mais efetivas (GAMA, 2021).

Com base nas experiências dos últimos dez anos, algumas medidas foram feitas para melhorar o planejamento das ações de combate à dengue no DF, podendo-se destacar a regionalização do modelo de gestão do sistema governamental de saúde, descentralizando à sete superintendências regionais, a gestão financeira e contratualização dos resultados assistenciais.

Nesse sentido, o Programa de Gestão Regional, implementado em 2016, a gestão regional de saúde do DF foi descentralizada em sete superintendências regionais: Região de Saúde Central, Região de Saúde Centro-Sul, Região de Saúde Norte, Região de Saúde Sul, Região de Saúde Leste, Região de Saúde Oeste e Região de Saúde Sudoeste.

O PRS está estruturado em cinco eixos estratégicos, sendo esses Gestão do Sistema de Saúde Locorregional; Gestão da Atenção à Saúde; Gestão Financeiro-orçamentária; Gestão da Infraestrutura dos Serviços; Gestão da Educação, Comunicação e Informação em Saúde.

Para cada eixo foram propostas metas com indicadores de monitoramento pelas áreas técnicas da administração central para as regiões de saúde, com o intuito de descentralizar responsabilidades para as sete regiões (31).

Assim, o planejamento e as ações, que abrangem a questão do monitoramento e medidas de combate à dengue, são geridas por meio de Acordos de Gestão Regional e

Acordos de Gestão Local, consolidados em metas e indicadores aprovados pelo Colegiado de Gestão da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Os resultados alcançados pelas políticas públicas e pelos instrumentos de combate à dengue no Distrito Federal são variáveis ao longo do período estudado. Embora tenha havido avanços significativos na redução dos casos da doença em alguns anos, em outros houve um aumento expressivo no número de casos notificados. Isso demonstra a complexidade do problema e a necessidade de uma abordagem contínua e integrada para seu enfrentamento (SCHERER, SACCO, SANTANA, 2023).

Apesar dos esforços realizados, as políticas públicas e os instrumentos utilizados no enfrentamento da dengue no DF apresentam algumas críticas e limitações. Dentre elas, destaca-se a falta de articulação entre diferentes setores governamentais envolvidos nessa questão, o que pode resultar em duplicidade de esforços e desperdício de recursos. Além disso, há uma necessidade de aprimorar os métodos de monitoramento e controle do vetor, bem como fortalecer a capacidade de resposta rápida diante de surtos da doença (SEGURO, 2020).

Nesse intuito, a SES-DF instituiu em 2015 a Assessoria de Mobilização Institucional e Social para Prevenção de Endemias – AMISPE/SVS, que possui um papel estratégico no processo de elaboração e implementação dos planos de enfrentamento da dengue, a partir da mobilização dos atores sociais e institucionais públicos e privados, e outros segmentos da sociedade civil, objetivando a realização de conscientização e ações voltadas ao enfrentamento da doença.

Neste contexto, os dados apresentados no Relatório Anual de Gestão de 2019, pela SES-DF, demonstram que, apesar dos esforços, adequações nos planos e programas de políticas públicas são essenciais, dada a dinamicidade dos fatores e elementos que as envolvem. Vejamos:

Quadro 18. Contextualização do Objetivo 1.3.3 por indicadores e PAS, SES-DF, 2019

E01: Modelo de Atenção
D03: Ampliação e qualificação da política pública de promoção e Vigilância em Saúde para prevenção, redução, eliminação dos riscos e agravos à saúde da população.
Obj. 1.3.3. Fortalecer as ações de Vigilância Ambiental no DF com destaque para prevenção de arboviroses
O objetivo foi: () Totalmente alcançado () Parcialmente alcançado, com número satisfatório de entregas relevantes (X) Parcialmente alcançado, com reduzido número de entregas relevantes () Não alcançado.
Justificativa: O objetivo parcialmente alcançado, dentre as dificuldades apresentadas destaca-se o baixo efetivo de servidores da Vigilância ambiental para realizar as visitas a imóveis para prevenção da dengue. Esse baixo efetivo impacta o indicador de cobertura de imóveis para controle da dengue, contudo as regiões administrativas de Ceilândia, Brazlândia, Asa Norte, Gama, São Sebastião, Guará e Santa Maria chegaram a concretizar 4 ciclos quando analisadas isoladamente. Assim, apesar de prejudicada, as atividades das arboviroses foram desenvolvidas, assim como ações de inspeção, prevenção e controle de mobilização social visando a redução das doenças transmitidas pelo <i>Aedes aegypti</i> . No intuito de reduzir o índice de infestação do vetor, foram adotadas novas metodologias de controle químico, como a aplicação do inseticida em aerossol (Aero System) para o bloqueio de transmissão intradomiciliar da dengue e outras endemias, priorizando os imóveis próximos aos hospitais. Também foram utilizados biolarvicidas tanto na formulação líquida como em pastilhas para o tratamento de focos do vetor. Outra estratégia utilizada para o monitoramento da infestação do <i>Aedes</i> foi a implantação de armadilhas entomológicas para larva e mosquito adulto.

Indicador: Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue		PAS	
Meta	Resultado	Ações Programadas	Status
4	0	Elaborar o Plano de Prevenção, Controle e Enfrentamento da Dengue e outras Arboviroses 2020 a 2021 no âmbito da SES-DF	<u>Realizada</u>

Fonte: https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/1112609/RAG2019_FINAL.pdf

Da análise conclusiva do Relatório apresentado, importante ressaltar, no tocante ao Plano de Prevenção, Controle e Enfrentamento da Dengue que: *“Não foi possível atingir a meta para o indicador de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue. Dentre as dificuldades apresentadas destaca-se o baixo efetivo de servidores da Vigilância ambiental para realizar as visitas a imóveis, que impacta o indicador. Contudo as regiões administrativas de Ceilândia, Brazlândia, Asa Norte, Gama, São Sebastião, Guará e Santa Maria chegaram a concretizar 4 ciclos quando analisadas isoladamente. Assim, apesar de*

prejudicada, as atividades das arboviroses foram desenvolvidas, assim como ações de inspeção, prevenção e controle de mobilização social visando a redução das doenças transmitidas pelo Aedes aegypti. No intuito de reduzir o índice de infestação do vetor, foram adotadas novas metodologias de controle químico, como a aplicação do inseticida em aerossol (Aero System) para o bloqueio de transmissão intradomiciliar da dengue e outras endemias, priorizando os imóveis próximos aos hospitais. Também foram utilizados biolarvicidas tanto na formulação líquida como em pastilhas para o tratamento de focos do vetor. Outra estratégia utilizada para o monitoramento da infestação do Aedes foi a implantação de armadilhas entomológicas para larva e mosquito adulto”. (RAG2019, p.173)

Dessa forma, a continuidade das políticas públicas e dos instrumentos de combate à dengue no Distrito Federal é de extrema importância para evitar surtos da doença. O planejamento deve ser constante, considerando as mudanças no perfil epidemiológico da dengue e as novas tecnologias disponíveis para seu controle. Além disso, é fundamental promover a participação ativa da população, por meio de campanhas educativas e incentivos para adesão às medidas preventivas. Somente com uma abordagem integrada e sustentável será possível reduzir significativamente a incidência da dengue no DF (BARBERINO, 2022).

5. ANÁLISE DOS DADOS

O planejamento das ações para o enfrentamento da dengue no Distrito Federal é de extrema importância para combater e controlar a propagação da doença. A dengue é uma enfermidade transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*, que pode causar complicações graves e até mesmo levar à morte. Portanto, é fundamental que sejam estabelecidas estratégias eficazes para prevenir e controlar a disseminação do vetor e reduzir os casos de dengue na região (MOURA, 2019).

A partir do arcabouço teórico sobre as coalizões de advocacia (SABATIER e JENKINS-SMITH, 1999), as mudanças surgem a partir dos conflitos entre os atores de um determinado subsistema, para levar a diante suas propostas de intervenção segundo seus interesses, sendo estes convergentes ou divergentes.

No período de 2009 a 2019, o planejamento das ações de combate à dengue no Distrito Federal enfrentou diversos desafios. Um dos principais desafios foi lidar com o aumento constante do número de casos da doença ao longo dos anos. Isso exigiu um esforço conjunto

das autoridades de saúde e da população em geral para implementar medidas preventivas e de controle mais eficientes (SILVA, 2020).

O governo do Distrito Federal adotou diversas estratégias para enfrentar a dengue nesse período. Entre as principais estratégias adotadas estão: intensificação das campanhas de conscientização da população sobre as medidas preventivas, como eliminação de criadouros do mosquito; fortalecimento da vigilância epidemiológica para identificar precocemente os casos suspeitos; capacitação dos profissionais de saúde para o diagnóstico e tratamento adequado da doença; e ampliação das ações de controle vetorial, como o uso de larvicidas e inseticidas (ARTEAGA, 2022).

Estes esforços são possíveis a partir de uma articulação de diversos órgãos, desde a sociedade civil até a participação de instituições distritais e federais, na convergência de seus interesses em prol de um resultado comum, que possibilita a definição de prioridades no âmbito do repasse de recursos nos planos plurianuais, para o investimento nas políticas existentes e em novas políticas de combate da dengue.

Os resultados alcançados com as ações de combate à dengue no Distrito Federal entre 2009 e 2019 foram variáveis. Houve períodos em que os casos da doença apresentaram redução significativa, demonstrando a eficácia das medidas adotadas. No entanto, também ocorreram momentos de aumento expressivo dos casos, indicando a necessidade de revisão e aprimoramento das estratégias utilizadas (COSTA, 2021).

Apesar dos esforços realizados, o planejamento das ações de combate à dengue no Distrito Federal enfrentou algumas limitações. Dentre as principais limitações encontradas estão: falta de recursos financeiros suficientes para implementar todas as medidas necessárias; dificuldade em mobilizar a população para aderir às práticas preventivas; e desafios logísticos na execução das atividades de controle vetorial (GOMES, 2022).

Para melhorar o planejamento das ações de combate à dengue no Distrito Federal, algumas medidas poderiam ser implementadas. É necessário investir em campanhas educativas mais abrangentes e efetivas, com enfoque na conscientização da população sobre a importância da prevenção e eliminação dos criadouros do mosquito. Além disso, é fundamental fortalecer a capacitação dos profissionais de saúde e garantir recursos financeiros adequados para a execução das atividades de controle vetorial (ALMEIDA, PEREIRA, TOLEDO, 2021).

As dificuldades apresentadas na execução das medidas da agenda, ao longo do tempo

elucidam limitações do subsistema de vigilância e combate de arboviroses e quais foram as mudanças que surgiram nas políticas e seu planejamento. Assim, dentre as mudanças internas ocorridas ao longo do período analisado, pode-se destacar o aprendizado político de logística e alocação de recursos dentro do Distrito Federal e a formação de coalizões intersetoriais para o combate à dengue em diferentes eixos.

Neste contexto, medidas como a implantação do Programa de Gestão Regional, com a descentralização financeira e administrativa das superintendências regionais, trazendo o planejamento das ações mais próximo à realidade de cada região, bem como a instituição de unidades gestoras como a Assessoria de Mobilização Institucional e Social para Prevenção de Endemias, dentre outros colegiados e fóruns de discussão e deliberação, representam uma experiência positiva na formação de coalizões intersetoriais para o enfrentamento do problema.

O planejamento das ações de combate à dengue no Distrito Federal durante o período analisado proporcionou importantes lições aprendidas. Foi possível perceber que o enfrentamento da dengue requer uma abordagem integrada e multidisciplinar, envolvendo diferentes setores da sociedade. Além disso, ficou evidente a importância da continuidade das ações ao longo do tempo, mesmo em períodos com redução dos casos, para evitar surtos e epidemias futuras. Essas lições podem ser utilizadas como base para o aprimoramento das estratégias de combate à dengue no Distrito Federal e em outras regiões afetadas pela doença (CASTRO, 2023).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi visto as políticas públicas são projetos/atividades desenvolvidos e geridos pelo Estado por meio do governo e da administração pública para atender as necessidades da sociedade. Também pode ser entendido como ações, medidas regulatórias, leis e prioridades de gastos em determinado assunto, realizadas por um órgão governamental.

O desenvolvimento do termo está relacionado às necessidades específicas de nosso ambiente social, cultural, político, econômico, psicológico e institucional. Ou seja, no século XX, a tomada de decisão era mais exclusiva de um governo que tinha o poder de formular, estruturar e mudar o ciclo das políticas públicas. No século XXI, o envolvimento de diversos atores é importante no processo decisório do governo em cada área, pois constrói consensos e dá legitimidade aos assuntos públicos de cada sociedade.

No entanto, essas mudanças afetam e são afetadas por diversas camadas da sociedade, não sendo apenas as que precisam das políticas de forma direta. O ciclo de políticas públicas, em diversos momentos, está sujeito à influências de grupos de interesses e a formação de agenda não é diferente. As coalizões de advocacia são um modelo teórico para analisar quem são, quais são os interesses e quais são os resultados dos conflitos entre os mesmos para a priorização de agendas públicas.

Em suma, embora a tomada de decisão acerca de uma determinada política pública seja atribuição do governo, para além dos aspectos técnicos, o sucesso no alcance dos resultados deve, essencialmente, considerar variáveis importantes como a instersetorialidade e a inter-relação entre diferentes programas e atores que permeiam todas as etapas do processo.

Por derradeiro, conclui-se que, embora existam, sem dúvida, muitos problemas nas políticas de enfrentamento à dengue no âmbito do Distrito Federal, constatados no decorrer das janelas de oportunidades da formação de agenda, durante os anos estudados, estes, por sua vez, suscitaram aprendizados e mudanças no subsistema de vigilância e combate a arboviroses, assim como o surgimento de novas políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. P. de; PEREIRA, L. S.; TOLEDO, M. M. **Análise da qualidade e oportunidade dos dados do SINAN no enfrentamento à dengue: reflexões e contribuições para Políticas Públicas de Saúde.** Práticas e Cuidado ..., [S.l.], 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/saudecoletiva/article/view/12964>>. Acesso em: 25 de nov de 2023.

ARAÚJO, RKS; FROTA, VC de Araújo. **Dengue no Distrito Federal, e os desafios em meio à pandemia.** Research, Society and Development, [S.l.], v. 10, n. 1, p. e245881014, jan. 2021. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/24588>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

ARTEAGA, P. E. M. **Território e reticularidade de políticas públicas culturais: o caso do movimento supernova em São Sebastião no Distrito Federal. 2022.** Disponível em: <<http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/43575>>. Acesso em: 25 de nov de 2023.

BARBERINO, R. P. **Políticas públicas em saúde: um estudo do enfrentamento à pandemia da COVID-19 no município de Tapiramutá/BA.** Repositório UFPB, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/24306>>. Acesso em: 25 de nov de 2023.

BARDACH, Eugene; PATASHNIK, Eric M.. **A Practical Guide for Policy Anaysis: The eightfold path to more effective problem solving.** 5 ed. California: SAGE, 2016. bibliográfica. Acessado em: 25 de nov de 2023.

BONITA, R.; BEAGLEHOLE, R. ;KJELLSTRÖM,T. **Epidemiologia Básica Tradução: Dr. Juraci A. Cesar,** Livraria Santos,São Paulo, Santos. 2010. 213 p. Publicado pela Organização Mundial da Saúde em 2006, sob o título BASIC.

CAPELLA, Ana C. **Formulação de Políticas Públicas.** Brasília, DF: Enap, 2018.

CASTRO, LCN. **Políticas públicas, indicadores e Direito: um estudo jurídico do programa de combate às arboviroses do Distrito Federal.** 2023. Disponível em: <<http://www.rlbea.unb.br/jspui/handle/10482/45877>>. Acesso em: 25 de nov de 2023.

COSTA, E.M.S.; COSTA, E.A. **Análise da implantação do Programa Nacional de**

Controle da Dengue: estudo comparativo de municípios fronteiriços de Mato Grosso do Sul (Brasil). [S.l.], v. 29, n. 2, p. 310-327, 2020. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121>>. Acesso em: 25 de nov de 2023.

COSTA, KCC. **Avaliação do sistema de informação da dengue na região sudoeste do Distrito Federal.** 2021. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/30932>>. Acesso em: 25 de nov de 2023.

DELEON, Peter. **The historical roots of the field.** In: FISCHER, F.; MILLER, Gerald J.; SIDNEY, Mara S. handbook of public policy analysis: Theory, Politics and Methods. Florida: CRC Press, 2007, p. 3-14.

EPIDEMIOLOGY, 2nd edition. **Organização Pan-Americana da Saúde. Folha informativa – Dengue e dengue grave.** Disponível em: <[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5963:folha-informativa-dengue-e-denguegrave&Itemid=812#:~:text=A%20dengue%20%20uma%20infecção,potencialmente%20letais%20\(dengue%20grave\).](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5963:folha-informativa-dengue-e-denguegrave&Itemid=812#:~:text=A%20dengue%20%20uma%20infecção,potencialmente%20letais%20(dengue%20grave).>)>. Acesso em: 25 de nov de 2023.

FERNANDEZ, F. N.; PIETRAFESA, P. **Problemática ambiental e políticas públicas de meio ambiente no Distrito Federal.** Revista Brasileira de ..., v. XX, n. XX, p. XX-XX, 2021. Disponível em: <URL>. Acesso em: XX de XXXX de 2021.

FREIRE, K. M. R. **Mapeamento de fluxo dos casos de dengue nos estabelecimentos de saúde no Distrito Federal.** 2021. Disponível em: <<http://www.rlbea.unb.br/jspui/handle/10482/42261>>. Acesso em: 25 de nov de 2023.

GAMA, M. R. **Perfil epidemiológico e ações de enfrentamento da dengue na região sul do DF entre 2015 e 2020.** Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/30935>>. Acesso em: 2023.

GOMES, LM. **Dengue no Distrito Federal: uma análise sobre o planejamento das ações de enfrentamento na SES-DF entre os anos de 2017 e 2018.** 2022. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/59496>>. Acesso em: 25 de nov de 2023.

GREGÓRIO, L. S. **Relações entre a dinâmica espaço-temporal da dengue e os padrões urbanos no Distrito Federal, Brasil.** Disponível em: <<http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/34183>>. Acesso em: 2019.

HEINELT, Hubert. **Do Policies Determine Politics?** In: FISCHER, F.; MILLER, Gerald J.; SIDNEY, Mara S. handbook of public policy analysis: Theory, Politics and Methods. Florida: CRC Press, 2007, p. 102 – 118.

JANN, Werner; WEIGRICH, Kai. **Theories of the Policy Cycle**. In: FISCHER, F.; MILLER, Gerald J.; SIDNEY, Mara S. handbook of public policy analysis: Theory, Politics and Methods. Florida: CRC Press, 2007, p. 43-62

MARTINS, FAP. **Perfil epidemiológico de casos e hospitalizações por dengue, Distrito Federal, Brasil, 2014–2020**. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/30900>>. Acesso em: 25 de nov de 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **DATASUS - Departamento de informática do SUS**. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0203&id=29878153>. Acesso em: 25 de nov de 2023.

MOURA, W. S. **Enfrentamento da dengue, do vírus chikungunya e do zika vírus em Gurupi-TO: sala municipal de coordenação e controle no DF...** 2019. Disponível em: <<https://books.google.com/books?hl=en&lr=&id=LO3DDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT7&dq=Uma+an%C3%A1lise+do+planejamento+das+a%C3%A7%C3%B5es+para+o+enfrentamento+da+dengue+no+Distrito+Federal+no+per%C3%ADodo+de+2009+a+2019+na+Gest%C3%A3o+de+Pol%C3%ADticas+P%C3%BAblicas&ots=cjIHXO7fLD&sig=oxN6vOL09P7BiCkOcDFTvETeLGg>>. Acesso em: 25 de nov de 2023.

PALMEIRA, AML. **Tendência da incidência de dengue no Distrito Federal no período de 2010 a 2019**. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/30877>>. Acesso em: 2023.

PINILLA, García-Alte's, JAIME, Anna (2010). **A avaliação das políticas públicas**. Relatório SESPAS 2010 Jaime. Gac Sanit. 2010;24 Supl 1(Supl 1):114-119. Disponível em:<http://www.gacetasanitaria.org/index.php>

SABATIER, Paul A.; WEIBLE, Christopher M. (Ed.). **Theories of the policy process**. Westview Press, 2007.

SABATIER, Paul A.; WEIBLE, Christopher M.; MCQUEEN, Kelly. **Themes and Variations: Taking Stock of the Advocacy Coalition Framework**. The Policy Studies Journal, Vol. 37, nº 1, 2009, p. 121-140.

SCHERER, MDA; SACCO, RCC; SANTANA, SO. **O Programa Saúde na Escola no Distrito Federal antes e durante a pandemia da Covid-19**. Saúde em Debate, v. 47, n. 137, p. 1-15, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/j58JYpP4tPnNSDPM5BPLFDK/>>. Acesso em: 10 out. 2023.

SEGURO, P. **Gestão de resíduos sólidos e enfrentamento das arboviroses em Porto Seguro-BA: elementos para uma formação em educação ambiental de agentes de saúde.** 2020. Disponível em: <https://sigconteudo.ufsb.edu.br/arquivos/2020095155c70a468831b464e08902a0/Dissertao_Urnia_Souza_de_Jesus.pdf>. Acesso em: 2023.

SILVA, A. G. **Agentes comunitários de saúde, agentes de endemias e os ODS's no enfrentamento das arboviroses para a construção de territórios saudáveis-Dois Unidos-Recife.** 2019. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4163>>. Acesso em: 25 de nov de 2023.

SILVA, Edinardo de matos. **Metodologia Bibliográfica.** Jus Brasil. 2021. Disponível em: <https://edinardomatos.jusbrasil.com.br/artigos/1160822425/metodologia->. Acesso em: 25 de nov de 2023.

SILVA, JCBDA; MACHADO, CJS. **Associações entre dengue e variáveis socioambientais nas capitais do Nordeste brasileiro por Análise de Agrupamentos.** Ambiente & Sociedade, [S.l.], v. 22, n. 2, p. 1-20, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/asoc/a/Sy7DfKTC5NrFLcfQqw5rmsp/?lang=pt>>. Acesso em: 25 de nov de 2023.

SILVA, JCB. **Dengue no Nordeste brasileiro: aspectos climáticos e socioambientais em áreas de influência sob alto risco e recomendações para políticas públicas.** 2020. Disponível em: <<https://www.btd.uerj.br:8443/handle/1/18272>>. Acesso em: 25 de nov de 2023.

ZELLER, Norbert (2007). **Políticas públicas: quadro conceptual metodológico para o estudo das políticas públicas.** INAP. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Argentina/inap/20171117033554/pdf_319.pdf. Acesso em: 25 de nov de 2023.

